

**Certificação de produtos orgânicos: percepções no Setor de Ecotecnologias – ECOTEC - da Cooperativa Ecológica Coolméia : primeiras aproximações.**

Zilá Mesquita

Escola de Administração/ PPGA/UFRGS  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Rua Washington Luís, 855  
90010-460 – Porto Alegre – RS  
Tel. (51) 33163536/ 33613818  
Fax: (51) 3316 3991  
e-mail: [Zmesquita@adm.ufrgs.br](mailto:Zmesquita@adm.ufrgs.br)

Trabalho endereçado à seção 3: ***Comercialização de Produtos da agricultura familiar***

***Resumo:***

No Rio Grande do Sul é a pequena agricultura familiar que tem se ocupado da produção de alimentos orgânicos. E neste sentido é indubitável a contribuição da cooperativa Ecológica Coolméia. Com uma tradição de vinte e quatro anos esta Cooperativa, norteadada pelos princípios do Ecologismo, Naturismo e Cooperativismo tem conquistado a credibilidade de um público consumidor fiel, pelo estímulo à produção de alimentos orgânicos e pelo trabalho desenvolvido pelo seu setor de Ecotecnologias – ECOTEC – junto às associações de produtores ecologistas que comercializam produtos em sua loja e em suas feiras semanais. O ECOTEC tem incentivado também a formação de uma rede de geração de credibilidade junto a estas associações de agricultores.

Parte-se do pressuposto que os membros do ECOTEC e os coordenadores das feiras têm importante papel de formadores de opinião nesta rede em gestação. Assim sendo, o objetivo do presente trabalho é apresentar os resultados de um estudo exploratório e descritivo sobre a percepção e a receptividade dos integrantes do ECOTEC a respeito da certificação de produtos orgânicos.

***Abstract:***

In the state of Rio Grande do Sul, the small family agriculture accounts for most of the production of organic food. Because of that, it is not possible to deny the major role played by Coolméia Cooperative. It has been working for twenty four years with the principles of Ecologism, Naturism and Cooperativism. Over this period, it has won the credibility of loyal consumers by encouraging organic crops production and by the work developed by its ecotechnological department – ECOTEC – together with ecological farmers associations that market products in its shop and in its weekly vegetable fairs. ECOTEC has also encouraged the formation of a certification network together with these farmers associations.

Do ponto de vista do comércio exterior, a comercialização de produtos orgânicos está emergindo tanto no Brasil quanto em países europeus como um nicho de mercado atraente a quem dele se ocupar junto a um público consumidor ainda restrito, com um poder aquisitivo razoável porém exigente quanto à qualidade dos produtos que consome. A agricultura orgânica, é um dos setores que mais cresce na economia mundial. Ela movimenta US \$ 4 bilhões anuais e tem apresentado taxas de crescimento elevadas, da ordem de 24% ao ano.(Bulhões, 2001:81)

Entretanto as questões de exportação, sobretudo nos EUA e Comunidade Européia são complexas e não há garantias de que o aumento da produção interna no Brasil visando a estes mercados, assegure uma cota razoável na importação de orgânicos por estes países. E isto por dois motivos a considerar. Primeiro trata-se do forte caráter protecionista de grande parte dos mesmos que adotam uma política de elevadas taxas para vários produtos importados e segundo pela natureza perecível de muitos destes produtos e seus custos de transporte a longas distâncias. Além disso, sem entrar no mérito de sua veracidade, muitas vezes há a justificativa para a recusa de produtos da América Latina com alegações assentadas em questões de defesa sanitária. Este receio, no que tange à sanidade animal, parece ter se exacerbado por parte do público europeu, a partir da doença da vaca louca, quando esta se disseminou em alguns de seus rebanhos.

Do ponto de vista do mercado interno nacional, ampliar a produção de orgânicos é uma questão de ampliar o número de consumidores destes produtos como uma prioridade de saúde pública preventiva, barateamento e conseqüente acessibilidade a estes produtos por largos segmentos populacionais dele hoje excluídos, assim como do autoconsumo dos produtores, na sua maioria integrantes da agricultura familiar. Trata-se pois de visualizar a questão sob a ótica da segurança alimentar da população brasileira e da sustentabilidade da agricultura familiar. Estes são os aspectos em que não parece haver discordância dentre aqueles que se vinculam às várias correntes da produção e comercialização de alimentos orgânicos.

Contudo uma questão que tem se apresentado controversa no País tem sido a da certificação dos produtos orgânicos, cuja discussão remonta ao início dos anos 90. A este respeito Bulhões(2001) demonstra com clareza que a certificação de produtos de

origem agropecuária no país está se esboçando em duas formas: de uma lado as redes de certificação participativa ou redes de geração de credibilidade e de outro as instituições certificadoras por auditoria.

Este trabalho busca captar as percepções sobre certificação em uma entidade que não apenas optou pela primeira forma, como ainda parece ter sido a matriz geradora da concepção de redes de confiança, as também chamadas redes de geração de credibilidade. Trata-se de uma ONG: a Cooperativa Ecológica Coolméia Ltda. Por traz desta escolha por esta forma de certificação, há um embasamento de valores e uma visão de mundo. É por isso que o objetivo aqui proposto visa a entender a postura a respeito da certificação, dos integrantes da Cooperativa Coolméia, através do seu setor de Ecotecnologias – ECOTEC – que tem um contato direto com seus sócios produtores e suas respectivas associações de agricultores ecologistas.

Para isso foi realizado um estudo exploratório abrangendo entrevistas semi-estruturadas e consulta a documentos elaborados pelo NTA – Núcleo Técnico Agropecuário - da Cooperativa e constantes nos arquivos do ECOTEC. Nem todas as entrevistas previstas puderam ser realizadas, pois algumas das pessoas-fonte, como os coordenadores de feiras, não puderam ser encontradas na etapa de realização das entrevistas. Procurou-se sanar este aspecto com a inclusão de membros do NTA e de dois produtores participantes das feiras, um como sócio da Cooperativa e feirante permanente e outro, como não sócio, mas como feirante convidado, com o aval do ECOTEC.

Inicia-se caracterizando a Coolméia como organização, para contextualizar e melhor entender sua postura de princípios relativa à certificação. A seguir prossegue-se apresentando seus pontos de vista formados a partir desta postura e de sua participação nas reuniões a respeito da certificação de produtos orgânicos organizadas pelo MAPA – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - e que culminaram com a edição da Instrução Normativa n.º 7 de 17/05/99, que a Cooperativa enquanto ONG auxiliou a elaborar através de documentos e discussões que se tem feito no País, de 1993 até a edição da mesma. Finalmente aponta-se o papel estratégico que esta Cooperativa parece ter tido na formação de opinião de agricultores ecologistas, suas

associações e centros de agricultura orgânica do Rio Grande do Sul, pelos debates que propiciou a este público.

### ***A Cooperativa Ecológica Coolméia:***

A "*Cooperativa Ecológica Coolméia Ltda.*" sediada em Porto Alegre, foi constituída em 23 de janeiro de 1978 como "Cooperativa dos Membros da Fundação Dr. Serge Raynaud de La Ferrière Ltda.", a partir de uma reunião de associados da "Grande Fraternidade Universal"- GFU, inspirada numa filosofia espiritualista/naturista, espírito coletivista e dieta ovolactovegetariana. Dois anos depois, realiza o primeiro curso de Agricultura Ecológica, época em que surgem as primeiras propostas concretas de interligar cooperativismo com ecologismo, como uma síntese das filosofias ecológica, naturista e cooperativista. A necessidade da agricultura orgânica começa a se propagar.

Em 1982, conselheiros e associados realizam atividades de compras, transporte de produtos e outras atividades de forma voluntária: a auto gestão aparecia embrionariamente. Nesta oportunidade a Cooperativa separa-se institucionalmente da GFU. É o ano em que também se cria a Lei contra os Agrotóxicos, como resultado de um trabalho conjunto de mais de 50 entidades, entre as quais a Coolméia tem uma militância ativa. No biênio 84-85 ela passa a produzir lanches e pães criando a lancheria e o restaurante e participando de eventos ecológicos. Profissionaliza-se o sistema de compras na busca de fornecedores ecológicos pelo interior e organiza-se os setores de entreposto, estoque, compras, cozinha, lancheria e quitanda, com ampliação do horário de atendimento.

Em 1986 a Cooperativa promove e realiza no tradicional Parque da Redenção a feira ecológica Tupambaé, que em livre tradução do guarani significa "Terra de Deus". A Cooperativa adquire nome no movimento ecológico e no ano seguinte realiza com sucesso a II.<sup>a</sup> Feira Tupambaé, além de outra iniciativa: uma escolinha para os filhos dos associados. Ela adquire um caráter peculiar como cooperativa em 1998 com a reformulação do estatuto social, pois dá-se a integração de três tipos de cooperativa: consumo, produção e trabalho sob o nome de |Cooperativa Ecológica Coolméia. A III.<sup>a</sup> Tupambaé é realizada com a Escola "Amigos do Verde". No ano seguinte, na data

dedicada à alimentação e à luta contra os agrotóxicos – duas de suas bandeiras – ela organiza nova iniciativa: a feira de agricultura ecológica, que passa a funcionar no início, mensalmente.

Em 1990 as feiras passam de mensais a quinzenais e, para valorização dos produtores, seus nomes começam a figurar nos rótulos e nas embalagens. Outros dois fatos marcantes de 1990 consistem na elaboração de um conceito próprio de agricultura ecológica e do Regimento dos Agricultores. O termo *agricultura* não é percebido apenas como produção de alimentos, mas como *cultura* do e no campo, resgatando as criações culturais do ser humano no trato com a terra em todas as suas etapas e manifestações, buscando também um resgate dos saberes locais e regionais.

O progressivo aumento da produção propicia regularidade no fornecimento de produtos o que permite uma paulatina diversidade em frutas e verduras e conduz à ocorrência semanal da “Feira dos Agricultores Ecologistas”. Quanto à loja e demais dependências: estoque, almoxarifado, etc, as dificuldades de instalação em espaços alugados, caros, e que exigem mudanças com os seus conseqüentes transtornos, leva entre outras decisões, a que a contribuição ao fundo Fates passe de opcional a obrigatória e, enfim, após muita procura a Cooperativa se instala em prédio alugado, ainda acanhado para as suas necessidades. É onde atualmente se encontra, em frente à sua já tradicional feira dos sábados.

Em 1994 a Coolméia decide abrir uma nova feira no bairro Menino Deus, no pátio do antigo Parque de Exposições Agropecuárias da Secretaria de Agricultura do RS, feira esta que funciona hoje duas vezes por semana, e, como a outra mais antiga, mantém fortes vínculos com associações de produtores rurais ecologistas do interior do Estado que delas participam na condição de feirantes permanentes ou feirantes convidados. Estes últimos, permanecem na condição de convidados por um período máximo de seis meses, após o qual passam a permanentes ou se retiram. A participação na feira por ambas as categorias de feirantes segue um processo prévio monitorado pelo ECOTEC.

A Coolméia se proclama uma organização cooperativa que abraça a filosofia ecológica na produção, distribuição e comercialização de produtos alimentícios sem agrotóxicos. Dentre os valores preconizados na filosofia da organização, cabe ressaltar

alguns que potencialmente tem a ver mais diretamente com a postura assumida diante da certificação de produtos orgânicos, a saber os valores de : *respeito, honestidade e lealdade com clientes externos e internos; satisfazer e superar as expectativas dos funcionários e clientes; oportunizar crescimento profissional; gostar do que faz e fazer bem feito; além de estimular a consciência de produzir e consumir alimentos ecologicamente saudáveis.*

Dentre as reorganizações internas e mudanças estatutárias que sofreu ao longo destes vinte e quatro anos, ela tem ainda, mas já teve de forma mais atuante, um Núcleo Técnico Agropecuário – NTA –que surgiu em 1987. Foi nele que surgiu a idéia da feira. Ele não é uma instância meramente técnica; é uma instância associativa que tem exercido um papel de apoio e militância na discussão das questões técnicas que envolvem posicionamentos políticos, como a Lei dos Agrotóxicos, a questão da certificação de produtos orgânicos e, mais recentemente a questão das embalagens plásticas nos alimentos e suas conseqüências sobre a saúde humana.

O ECOTEC, por sua vez, no dizer de sua Coordenadora atual, é a instância técnica que se ocupa de aspectos nutricionais, preocupações ambientais com plástico, lixo, e realiza visitas aos agricultores, principalmente aos que participam das feiras. Este papel militante, formador e informador também se expressa objetivamente através do projeto “*Existência*”, na edição de textos a que denominam cartilhas, a respeito de temas “eco-polêmicos” como os agrotóxicos, transgênicos, biodiversidade e embalagens, além de cartilhas orientadoras sobre a fabricação caseira de adubos orgânicos ou minerais. Mantém ainda uma parceria com a revista inglesa “*The Ecologist*”, através do trabalho de duas sócias consumidoras que respondem por uma edição em português da mesma.

É clara a posição de que “*o movimento de agricultura ecológica concretiza-se muito mais como um projeto de mudança da sociedade como um todo do que o seu produto final estar contaminado ou não. Brotaram em alguns dos grupos de nossos agricultores propostas como as de que o agricultor e seu espaço de vida devem também ser ecológicos e não só os seus produtos*”.(Saldanha, J.- NTA/Coolméia, representante das instâncias junto à prefeitura de Porto Alegre, em documento de 1996). É digno de nota que a Cooperativa Ecológica Coolméia foi premiada pela Tevé

Educativa/Governo Estadual, durante a Expointer - feira agropecuária anual - em agosto de 2001, com um dos prêmios na categoria "Agricultura Familiar".

É este o contexto, embora sumariamente descrito, através do qual se pretende inserir a postura que ela assumiu diante das iniciativas de certificação no País.

### ***Percepções a respeito da certificação de produtos orgânicos por auditoria:***

O setor de orgânicos na economia mundial além de crescer a taxas elevadas, tem na Alemanha um dos maiores mercados ocidentais destes produtos, sendo este país o seu maior importador: 20% dos alimentos orgânicos consumidos. (Viglio, 1999 in: Bulhões, 2001:82). Estima-se que dos 17 000 produtores orgânicos certificados, mais da metade: 10 000, estejam na Europa, (Bulhões, 2001:81 citando Harkaly apud Carmo, 1999).

Isto explica em parte o apreciável número de certificadoras européias atuando em nível mundial e que a organização certificadora de maior peso, criada em 1972, a IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movement - seja européia. É a ela que se associou para fins de exportação com reconhecimento internacional a certificadora brasileira: Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento – IBD.

Tanto o IBD quanto a Coolméia foram os atores que assumiram desde o início do processo de discussão sobre a certificação no País posições polarizadas sobre o tema e que redundaram hoje em duas modalidades de certificação possíveis no País. São elas: *certificação por auditoria* e *certificação por redes de geração de credibilidade*.

“A certificação por auditoria parte do pressuposto de independência do inspetor/auditor em relação ao produtor ou comerciante. A entidade certificadora não deve ter vínculos de assistência técnica direta ou consultoria com os certificados ou com os demandantes da certificação, tampouco vínculos comerciais. Somente assim seria possível isenção na análise. Este sistema é credenciado junto a organismos internacionais (*International Federation of Agriculture Movement – IFOAM, Deustch Akredittation Rat - DAR, Conservation Agriculture Network, etc*) para que possa ser aceito internacionalmente”. (Bulhões, 2001:84)

Concorda-se com esta autora quando assinala que as divergências sobre a certificação apresentaram-se em dois aspectos; quanto ao *mérito* da certificação e quanto ao *sistema de certificação* mais adequado.(Bulhões,2001:111). O presente trabalho realizado junto a alguns destes atores, embora de caráter exploratório, confirma esta assertiva. Em outras palavras: é sobre esta modalidade de certificação que se buscou auscultar a opinião dos entrevistados neste estudo exploratório, uma vez que todos eles são abertamente adeptos da Rede de Geração de credibilidade.

A modalidade de certificação por auditoria é amplamente contestada por todos os entrevistados, tanto os do ECOTEC quanto os do NTA, através de seus depoimentos orais ou documentais. Talvez por isso tenham se eximido de responder a questões mais técnicas que lhe foram apresentadas durante as entrevista a respeito de itens constantes na Instrução normativa. Isto contudo parece não significar um desprezo aos aspectos técnicos. Ao contrário. É digno de registro que o já mencionado projeto “*Existência*” do ECOTEC elabora também “cartilhas técnicas” que possam orientar sobre condições de plantio. Isto significa que o mesmo não se exime de tratar destes aspectos com os interessados que o procuram. Todavia parecem não ter julgado importante discuti-los no contexto da certificação e sim voltar-se para os aspectos que justificam ou explicam esta opção.

Antes porém de apresentar seus argumentos, é interessante indicar um ponto de concordância. Quando inquirida sobre as razões pelas quais a Coolméia não certifica, a Coordenadora do ECOTEC manifestou opinião coincidente com a anteriormente exposta sobre vínculos entre certificadora e certificados, afirmando que

“a Coolméia não pode fazer certificação se faz comércio. É perigoso e anti-ético. Quando certificas não podes tratar de teus próprios interesses. A Coolméia não poderia certificar para os seus associados e para os produtos que são vendidos na loja. E isso vai contra a portaria. O que a Coolméia tem é a marca que dá credibilidade”.

### ***Óbices à certificação por auditoria:***

Os principais óbices à certificação por auditoria, sumarizando a opinião dos entrevistados, se expressam nos seguintes questionamentos:

#### **1 – Sobre a *origem* deste processo de certificação:**

Reportando-se às suas origens, trata-se de uma adaptação das normas ISO aplicadas à indústria com vistas à padronização de processos e produtos. Portanto trata-se de um processo exógeno à agricultura, a qual tem outras características, sobretudo quando se trata da pequena produção familiar que nada tem a ver com um processo de produção industrial. Na verdade os entrevistados alegam também que estas são regras provenientes da Organização Mundial do Comércio. O depoimento seguinte confirma o exposto:

”As indústrias internacionais logo conheceram e compreenderam os sistemas de garantia de qualidade ambiental dos ingleses, denominado popularmente de Sistema ISO. É evidente que este sistema é um fator de vantagem competitiva possível somente para quem tem, além de um bom produto, uma boa e sofisticada estrutura e organização, o que somente é possível com boas marcas (griffes) e serviços.” (Sebastião Pinheiro, NTA/GIPAS)

De uma certa forma a crítica também se constrói (embora não seja assim expressa pelos entrevistados) como uma tentativa de alertar que o ideal taylorista da padronização de processos e produtos na indústria, ao reorganizá-la “visando à qualidade” e em nome da satisfação do consumidor, acaba tendo sua expressão própria na agricultura através desta determinação de impor normas e taxar produtos agrícolas, aumentando o seu valor agregado *fora* de seu local de origem que é a produção.

Na verdade, é fato evidente nas principais economias nacionais, que o deslocamento da realização dos capitais tem sido ciclicamente do setor produtivo, seja ele agrário ou industrial, para o setor terciário da economia: comércio e serviços.

**2 – A questão *ética*** –A crítica gira predominantemente em torno do valor *confiança*, cujo argumento é de que na certificação por auditoria delega-se a alguém

um mandato para exercer o papel de árbitro, quando este alguém não está inserido nos processos sociais de âmbito local e regional que contextualizam e conferem credibilidade à produção de orgânicos. O controle, outra característica dos processos gerenciais, embora não seja explicitado nas argumentações, parece estar imbricado, como um polo oposto da confiança. Entretanto, na certificação por auditoria - contestam os entrevistados - dado este caráter esporádico das visitas de inspeção, nada há que possa assegurar 100% de controle ou de garantia quanto à honestidade, (base da confiança). Nela também pode ser posta em cheque a obediência permanente aos procedimentos estipulados. Aliás uma das manifestações mais expressivas a este respeito encontradas na documentação examinada, contestando os auditores, é que *“não há necessidade de provar por este tipo de certificação que os agricultores não são desonestos e que os consumidores não são imbecis”*.

E há ainda a crítica de que a certificadora pode se dispor a certificar a produção de orgânicos em propriedades que não fizeram ou não se propõem a fazer a reconversão completa de sua área. Ora, se há contaminação do solo ou da água de uso comum para ambos os cultivos – o convencional e o orgânico - como assegurar ao consumidor mediante certificação que aquele produto está totalmente livre de contaminação? Esta é uma das formas em que a questão ética se imbrica à certificação por Auditoria, contestando os seus métodos

Além disso, nela também parece estar embutido o argumento central a favor da certificação em redes de geração de credibilidade e que não estaria contemplado na certificação por auditoria, isto é: o seu aspecto *formativo*, enfatizado de uma maneira ou de outra por todos os entrevistados, mas que fica claro no seguinte depoimento:

“- A principal finalidade da Rede não é a certificação”.

- Então qual é?
- Primeiro: a *formação*. Nivelamento de conhecimentos, pois tem grupos com oito anos e grupos de iniciantes. Segundo: a *comercialização solidária* dentro da própria rede. ( O entrevistado deu o exemplo da cebola, que falta em uma região para produzir o molho de tomate, e sobra em outra). Em vez de vender a qualquer preço para os grandes supermercados, por que não

vender dentro da própria rede? Terceiro: a *certificação*. ( William R. da Rocha, do grupo “Companheiros da Natureza”)

Há também uma visão crítica expressa não muito claramente, mas que parece consistir em um questionamento ao pragmatismo demasiado acentuado por parte dos adeptos da certificação por auditoria visando a resultados imediatos em termos de nichos de mercado, especialmente para o mercado internacional . Esta visão pragmática não se questiona sobre quais são os interesses das certificadoras internacionais e das grandes corporações que hoje consideram os alimentos orgânicos um setor estratégico em seu portfólio de negócios. Este pragmatismo não se questiona portanto sobre *qual vai ser o futuro da agricultura*, em especial da agricultura familiar a médio e longo prazo, se submetida a tais métodos de regulação. (Pinheiro, S., 2002).

3 –A questão *mercadológica*, vincula-se à escala de produção e de mercado que se quer atingir. A certificação por auditoria está buscando mercados distantes e não primordialmente o abastecimento interno, através do mercado local e regional. Não parece estar em sua agenda a questão da segurança alimentar ou da saúde, como acontece nos movimentos associativistas da agricultura familiar e em alguns dos movimentos ecológicos. A tendência entre as certificadoras parece ser a de encarar a produção de alimentos orgânicos como “um filão de mercado” a explorar, numa ótica apenas empresarial. Na opinião de um dos entrevistados essa crítica assim se expressa:

“Como a agricultura ecológica nasceu de movimentos de restauração de valores morais, éticos e filosóficos, a competitividade da economia, logo, logo iria desestruturar estas bases e criar a competitividade de mercado. Em uma periferia heteronômica, isto tem um significado e resultado catastrófico, pois o sujeito da agricultura é o agricultor, sua família, organização e não o produto que ele produz.” (Sebastião Pinheiro, GIPAS / NTA)

4 - Por sua vez, o aspecto *formalista e burocrático* deste tipo de certificação é colocado em cheque, pois “algo que faz parte do mundo da produção é deslocado para o mundo de serviços. (...) cria-se a cultura do serviço pronto; cria-se a cultura da certificação”.(médico veterinário Raimundo F. Araújo F.º, parceiro consultor no ECOTEC). O grande número de documentos a preencher, os registros e controles a

manter acabam requerendo um envolvimento contábil e administrativo que deslocaria o pequeno agricultor familiar de sua atividade principal, além de exigir-lhe: ou que adquira equipamentos e conhecimentos específicos ou que contrate alguém para manter em ordem e acompanhar os registros e controles necessários a esta documentação, o que significaria outra fonte de despesas.

5 - Embora não tenha sido uma das mais freqüentes nas entrevistas, a questão dos *custos* incidentes sobre a comercialização também aparece. Além dos gastos que poderiam ocorrer, já mencionados no item anterior, alega-se que a intermediação do certificador onera o agricultor e também o consumidor com quem o primeiro terá que repartir os custos da certificação, passagens e estadias. Este aumento das despesas – pois a certificação se repete periodicamente – é que tem conduzido alguns destes formadores de opinião a perguntar: por que onerar o produtor e o consumidor, encarecendo o produto de melhor qualidade como é o orgânico e acrescendo os riscos de elitização do mesmo quando se quer justamente o contrário: que ele esteja disponível a todos?

6- A questão *cultural* é um dos aspectos repetidamente enfatizados pelos entrevistados. Ela pode ser visualizada por duas facetas. Primeiro: a certificação por auditoria, ao introduzir a figura do certificador como intermediário no mercado interno, induz à comercialização via redes de supermercados e no mercado internacional conduz à exportação. Em ambas as *situações afasta-se o produtor do consumidor* e assim é destruída toda a relação social que se estabelece entre ambos e permite intercâmbios enriquecedores para estes dois protagonistas nas práticas sociais de comercialização.

A segunda faceta vislumbrada, é a da *perda da identidade* pelo pequeno agricultor: “O agricultor vai perder a sua autonomia. Ele, o agricultor, tem agora uma identidade. Se perde-la, vai ser um “produtor Carrefour”. (Sebastião Pinheiro, NTA/GIPAS). Para esclarecer seu raciocínio, o entrevistado apontou a estratégia de grandes redes de supermercados. Primeiro atrai o agricultor pagando preços atrativos para que ele produza mais e fique no compromisso de produzir para o supermercado. Depois, quando já tem o produtor na mão, com uma quantidade grande de produção para comercializar, o supermercado baixa o preço pago pelo produto e passa a exigir que o

produtor não use mais o seu nome ou a sua marca, mas sim a marca do supermercado, que assim adquire alto valor pois o produto é bom, enquanto a do produtor desaparece.

7 - A questão da *comercialização direta* está praticamente ausente na certificação por auditoria.

É por isso que a relação direta, “olho no olho” entre produtor e consumidor é tão valorizada na Rede de credibilidade que privilegia a feira como forma de comercialização e socialização dos interlocutores.

Entretanto há um argumento em favor da relação que se estabelece pela comercialização direta produtor–consumidor que merece reflexão. Dizer, como o fazem alguns membros do NTA que “o consumidor *fez* o agricultor ecologista” pode ser verdadeiro. Mas pode ser apenas *parcialmente verdadeiro*.

Olhando retrospectivamente para estes vinte e quatro anos que a Coolméia tem tido na experiência de construir a rede de geração de credibilidade, ao longo deste tempo na verdade *foi ela* quem formou, deu assistência e introduziu o agricultor no mercado urbano, elevando o seu padrão de vida e de uma certa forma, formando também o consumidor urbano. E ela o fez através de práticas que se instalaram paulatinamente: primeiro através de um pequeno posto de venda de alimentos orgânicos; após pela realização das feiras ecológicas que se transformaram em espaços de conversação, de trocas, e finalmente - embora ela pareça não ter isso muito claro para si- pelo importante *efeito demonstração* que ela mesma teve na gênese e desenvolvimento do movimento ecológico do Rio Grande do Sul, no surgimento de outras feiras ecológicas pelo estado e na gestação da certificação em rede, tarefa que a Rede Ecovida está abraçando, aparentemente a partir desta fonte.

Contudo este argumento de que o consumidor fez o agricultor ecologista, merece outro tipo de reflexão: Que escala de abrangência terá? Ainda há nas cidades de qualquer porte do País e em qualquer segmento social, a comercialização e um consumo maciço de alimentos produzidos de maneira convencional.

Por outro lado, há quem considere o consumidor pela lógica de mercado convencional embora nenhum dos entrevistados tenha se referido a isto, Sob esta perspectiva, está impregnada na lógica da competitividade que “o consumidor tem

sempre razão”. Contudo pode ser um equívoco atribuir ao consumidor um papel tão relevante, como se ele comandasse a lógica de mercado e o que valesse é o que ele deseja. Sabe-se que, no mercado convencional as técnicas de marketing buscam induzir o comportamento do consumidor. Portanto caberia verificar detidamente a que se deve realmente o incremento de consumo de orgânicos. Este pode ter se devido, dentre outras motivações, antes a um apelo mercadológico, do que a uma organização mais efetiva por parte do consumidor organizado, embora sem descartar uma maior consciência por parte dele, relativa ao binômio saúde-alimentação .

A este propósito, em depoimento transcrito por Bulhões(2001:105), Maria José Guazzeli, do Centro Ecológico pontifica que a certificação por auditoria *favorece muito mais quem vende, como os supermercados* (o grifo é meu), do que os compradores. E torna-se fácil compreender o porquê. A certificação de “papel passado” pode isentar o revendedor varejista de ter que assumir responsabilidades quanto à qualidade ou ao estado de conservação do produto. Ter os seus fornecedores certificados, trata-se de uma forma de os supermercados se respaldarem contra reclamações, sobretudo se a certificação tem um aval internacional.

Quanto ao consumidor, mesmo os que freqüentam as feiras ecológicas, é difícil poder afirmar com segurança que ele seja um “consumidor organizado” e que em sua maioria já esteja suficientemente informado a ponto de que tenha uma consciência maior sobre o alimento “limpo”. Talvez apenas uma pequena minoria dos compradores esteja pagando um pouco mais pelos produtos adquiridos, por uma das seguintes razões: estar realizando um comércio justo ou estar contribuindo para redistribuir a renda no País ao auxiliar a reter o agricultor familiar no campo, auxiliando-o a permanecer fazendo aquilo que sempre soube fazer, e fazer bem.

A respeito desta precária consciência da maioria dos consumidores sobre os produtos orgânicos, um produtor de morango certificado por auditoria declarou até mesmo que 95% dos consumidores compram pelo sabor da fruta e apenas 5% por ser um produto orgânico, o que, em sua opinião reforça a necessidade de buscar-se mercados longe.(Gilson Teixeira, 2001). Consequentemente, a discussão sobre a certificação, seja ela por auditoria ou credibilidade, ainda não chegou ao debate pelo consumidor brasileiro. Certo que podem já haver algumas experiências inovadoras de

parte dos consumidores, entretanto elas são poucas e parecem carecer ainda de um amadurecimento.

### ***Conclusões:***

Não houve neste trabalho a pretensão de esgotar o assunto, mas apenas a intenção de realizar as primeiras aproximações dentro de um projeto que pretende mais adiante examinar mais detidamente a Rede de Geração de Credibilidade. É por este motivo que não se tratou aqui desta outra modalidade de certificação: a certificação participativa que, espera-se, será objeto de análise mais tarde.

Em suma pode-se afirmar: os argumentos que emanam a respeito da certificação estão diretamente vinculados à visão de mundo predominante na Cooperativa e que se traduzem nos seguintes princípios:

A Rede de geração de credibilidade é uma construção dos parceiros na Rede, portanto é um processo formativo na agricultura familiar que leva não só à melhoria das condições econômicas, mas também ao exercício de sua cidadania, por ser uma certificação participativa.

A rede de geração de credibilidade é uma construção conjunta entre produtores e consumidores alicerçada na confiança e que também condiz com o exercício da cidadania de ambos .

Por consequência, os defensores da certificação participativa argumentam que não se confere maior credibilidade à certificação por auditoria que à das redes de certificação participativa, pela seguinte razão: o certificador examina o cultivo e documentos em sua visita e, de posse destas únicas informações é que emite o seu parecer sobre a certificação e não através de um contato freqüente com o agricultor.

Enfim, a partir dos questionamentos aqui apresentados, poder-se-ia dizer que o que está em jogo nas divergências e no debate sobre a certificação são duas visões de mundo: de um lado predominam os valores de competitividade, conquista de mercados e vantagens competitivas com fortes tendências à homogeneização de produtos e processos econômicos e culturais; de outro lado predominam os valores de cooperação

e confiança , mercado justo, economia solidária e moeda social, com forte ênfase na diferenciação e no associativismo.

### **Referências Bibliográficas:**

- BRACAGIOLI, Alberto – “*A vida pulsa.*” Centro de Agricultura Ecológica Ipê – CAE- Ipê – Ipê, RS, novembro de 1993
- BULHÕES, Flávia Muradás – “*A certificação ambiental de produtos agrícolas e florestais: diferentes trajetórias da relação entre ambiente e mercado*” Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Santa Maria, RS, 2001
- Correspondência da AAO – Associação de Agricultura Orgânica de São Paulo, comunicando reciprocidade de Certificação, aprovada em 20/05/99 - Acervo do NTA e ECOTEC, Coolméia, Porto Alegre, 1999
- Entrevista com Eng.<sup>a</sup> Agr.<sup>a</sup> Glaci Alves – Coordenadora do ECOTEC, Coolméia
- Entrevista com Eng.<sup>o</sup> Agr.<sup>o</sup> Sebastião Pinheiro – do NTA, Coolméia e GIPAS – Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em Agricultura e Saúde.
- Entrevista com Gilson Teixeira – produtor de morangos, participante como convidado na Feira da Coolméia do bairro Menino Deus
- Entrevista com o médico veterinário Raimundo Francisco de Araújo Filho, parceiro consultor do ECOTEC
- Entrevista com Pedro Lovatto, sócio da Coolméia e integrante do NTA da Coolméia.
- Entrevista com Wiliam Rada da Rocha, agricultor, pequeno empresário da Agroindústria “Novo Citrus”, feirante e participante do grupo de agricultores “*Companheiros da Natureza*”.
- MEIRELLES, Laércio – “*Certificação e dominação*” - Acervo do NTA e ECOTEC, Coolméia, Porto Alegre, 1995
- MESQUITA, Zilá – “Caracterização da Coolméia: descrição etnográfica na fase empírico-descritiva da pesquisa” – memória técnica do projeto: “*Comunicação e Cooperação: a ação da linguagem no espaço social das organizações*” – 1999
- PINHEIRO, Sebastião – “Qual é o futuro da Agricultura?” Texto esboço preliminar sob a forma de rascunho, oferecido pelo autor, Porto Alegre, fev. de 2002.

- SALDANHA, Jacques - “Relato da participação do NTA quanto à normatização dos produtos orgânicos pelo Ministério da Agricultura”, – Acervo do NTA e ECOTEC, Coolméia, Porto Alegre, dezembro de 1994
- \_\_\_\_\_ - “Ata da Reunião extraordinária do NTA com representantes do Conselho administrativo 18 a 19 de/03/95 na sede do CAE-Ipê” – Acervo do NTA e ECOTEC, Coolméia, Porto Alegre, 1995
- \_\_\_\_\_ - “Relato da participação, como observador, na reunião em Brasília em nov./94, sobre normatização de produtos orgânicos” – Acervo do NTA e ECOTEC, Coolméia, Porto Alegre, 1995
- \_\_\_\_\_ - “Relato da situação do tema: certificação/normatização de produtos orgânicos no País” - Acervo do NTA e ECOTEC, Coolméia, Porto Alegre, 1996
- \_\_\_\_\_ - Correspondência de esclarecimentos sobre a portaria ministerial - Acervo do NTA e ECOTEC, Coolméia, Porto Alegre, jan1999
- Instrução Normativa
- SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO -SMIC– “*Diretrizes para produtos orgânicos em Porto Alegre*” Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1996